



## MEMÓRIA

# Um filme que representa todos os perseguidos

Famílias de militantes que lutaram contra a ditadura militar celebram as três indicações ao Oscar de *Ainda Estou Aqui*. Ao **Correio**, afirmam que o reconhecimento internacional contribui para escrever a história do Brasil e na busca pela verdade

» RENATA GIRALDI

Parentes de desaparecidos e perseguidos políticos, vítimas da ditadura (1964-1985), comemoram as três indicações do filme *Ainda Estou Aqui* ao Oscar. Para eles, o reconhecimento internacional do longa tem o peso político de impedir que o passado seja esquecido e, eventualmente, revisitado. A exemplo da família do deputado cassado Rubens Paiva, retratado no drama, muitos dos que integram a Comissão da Verdade e outras organizações de defesa dos direitos humanos ainda aguardam informações sobre os corpos de seus parentes. O **Correio** conversou com algumas dessas pessoas.

Jessie Jane Vieira de Souza, 75 anos, foi presa durante a ditadura militar. Ela fala pouco desse momento, mas disse que a memória permanece. “Ao ver o filme, vários filmes passaram na minha frente, inclusive o meu próprio.” Para Diva Soares Santana, 80 anos, que faz parte da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Lei 9.140/95 — ao lado de Vera Paiva, filha de Rubens Paiva, e irmã de Marcelo Rubens, autor do livro no qual o filme é baseado —, *Ainda Estou Aqui* tem o papel fundamental de revelar ao mundo o que representou o governo militar e seus impactos no Brasil nos dias de hoje. Baiana, ela é irmã de Dinaelza Santana Coqueiro e cunhada de Vandick Teidner

Pereira Coqueiro, ambos desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia. Leo Alves Vieira, 45 anos, que integra a direção-executiva da Coalizão Brasil Memória Verdade Justiça Reparação e Democracia — que reúne 170 entidades ligadas à defesa dos direitos humanos —, as indicações de *Ainda Estou Aqui* ao Oscar levarão a uma nova percepção, sobretudo para o Brasil, contribuindo para memória desse capítulo da história brasileira. Carioca, é neto de Mário Alves de Souza Vieira, desaparecido na ditadura militar em 1970. A seguir, os depoimentos ao **Correio**:  
**Jessie Jane Vieira de Souza** — “Estava comentando com os amigos a importância dessas

indicações. Não é à toa que foi nomeado para três categorias. É o momento pós-Trump e de ameaça à democracia e ascensão de valores de extrema-direita. O filme traz a história da ditadura para a cena, para os jovens. Uma narrativa, sobretudo da violência do Estado, que atinge a todos, inclusive uma família burguesa. Ali vi vários filmes. Vi meu próprio filme passando pela minha frente.”  
**Diva Soares Santana** — “Desde que vi o filme, parte de mim ficou feliz ao saber que o mundo está tendo conhecimento do que foi a ditadura no Brasil. Mesmo que o filme não mostre, de forma profunda, a questão das mortes e torturas, ajuda na construção da história e da memória.

É importantíssimo para todos nós. É uma luta de todos. Mas uma parte de mim ainda sofre e se indigna. Tenho uma irmã que sei quando saiu de casa, mas não sei como morreu. Sei como viveu porque fui atrás e vivi com os camponeses, como ela. Mas meus pais, que se foram, morreram sem saber onde estava o corpo da filha. É uma ferida aberta, não cicatrizada.”  
**Leo Alves Vieira** — “É inegável a amplitude que essa história traz. O Oscar reúne pessoas na casa de bilhões no mundo. É importante para todos, mas, principalmente, para o Brasil. Afinal, vivemos um momento bastante delicado no país. Houve um quase golpe, o que não nos surpreendeu considerando-se o passado da

ditadura. O filme abre uma janela para várias situações. Uma é a divulgação dessa história, num país que não fez memória adequadamente, embora tenha alguns avanços, mas está muito aquém de contar realmente o que houve, nos currículos civis e militares. Ainda há quem chame a ditadura de revolução. O *Ainda Estou Aqui* para compor essa memória são os efeitos que perduram da violência do Estado. Vai além do desaparecimento de uma pessoa, mas como a família fica impactada. É o trauma da violência de Estado atravessando uma família. O filme deixa muito evidente os momentos de incerteza. Certamente isso aconteceu com minha avó e minha mãe — Dilma Alves e Lucinha”.

Marcia Yamamoto/Alesp



Antônio Cruz/Agência Brasil



Marcia Yamamoto/Alesp



## Três indicações, três comissões ativas

A história de perseguição política ao longo de mais de duas décadas na ditadura é investigada por três grandes comissões e mais de 170 organizações. As comissões em atividade são de Anistia, sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a da Verdade. Cada uma foi formada em um ano distinto e tem atribuições diferentes, mas atuam de forma conjunta.

Em 1996, foi criada a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos para apurar, precisamente, o destino dos 416 militantes — capturados, mortos ou desaparecidos. Seis anos depois,

veio a Comissão da Anistia, que se dedica a investigar os chamados “crimes de exceção” — todos aqueles que não envolvem mortes nem desaparecidos.

### Veja a lista dos governos

Entre 1946 e 1988, são considerados períodos democráticos os governos de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Café Filho (1954-1955), Carlos Luz (8 a 11 de novembro de 1955), Nereu Ramos (11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956), Juscelino Kubitschek (1956 a 1961), Jânio Quadros (31 de janeiro a 25 de agosto de 1961), João Goulart (1961 a abril de 1964, que engloba os períodos presidencialista e parlamentarista) e José Sarney (1985-1990).

Há, ainda, a Comissão da Verdade, instalada em 2012, para apurar os crimes cometidos de 1946 (fim da ditadura de Getúlio Vargas) a 1988 (que

marca a promulgação da nova Constituição, em 5 de outubro). De acordo com conselheiros, há diversas denúncias de perseguições, assassinatos e torturas ocorridos nos chamados **períodos democráticos** no Brasil.

Personagem central de *Ainda Estou Aqui*, Eunice Paiva (interpretada no filme por Fernanda Torres) fez parte da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos. No ano de instalação do colegiado, ela obteve a certidão de óbito do marido, o engenheiro e ex-deputado Rubens Paiva. (RG)

## Números que são pessoas

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos se debruça sobre dados e informações, ainda sem detalhamento, que aguardam análises. O **Correio Braziliense** apurou que há, ainda, 80 mil casos em apreciação. Na ditadura militar, pelo menos 50 mil pessoas foram presas nos primeiros meses de 1964. O cálculo é de que 20 mil homens e mulheres foram torturados.

De acordo com a comissão, 7.367 foram acusados e 10.034 atingidos na fase de inquérito, em 707 processos judiciais por crime contra a segurança nacional. Os integrantes da entidade

ressaltam que houve numerosas prisões políticas não registradas. Outros 4.862 brasileiros foram cassados e dezenas exilados.

Levantamento da comissão informa que pelo menos 434 militantes morreram ou desapareceram — em 210 casos, os corpos não foram encontrados. Apenas 33 militantes capturados e assassinados tiveram os despojos localizados. A entidade identificou 337 agentes do Estado envolvidos nas prisões, nas sessões de tortura, nos desaparecimentos e nas mortes. (RG)

Leia mais nas páginas 20, 21 e 22

## VIOLÊNCIA

### Sequestradores de modelo internacional presos em SP

Nove suspeitos foram presos e outros três já têm mandado de prisão temporária emitida pela suspeita de envolvimento no sequestro da modelo Luciana Curtis, seu marido e sua filha, em novembro de 2024. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP), as 12 pessoas fazem parte de uma quadrilha de sequestradores.

A operação de prisão da quadrilha foi deflagrada, ontem, pela Delegacia Antissequestro (DAS) da Polícia Civil paulista, com o apoio de outros grupos especiais de operação policial do estado. Além das prisões, foram emitidos

14 mandados de apreensão contra a quadrilha, nas cidades de São Paulo, Guarulhos e Suzano.

Luciana, o marido e a filha foram sequestrados em 27 de novembro quando saíram de um restaurante na Lapa, na Zona Oeste da capital paulista. Os criminosos interceptaram o carro da família e levaram os três até um cativeiro na região da Brasília, na Zona Norte da cidade, onde permaneceram até o dia seguinte, conforme a SSP.

“Sob ameaças, eles mantiveram a família no local e realizaram transferências bancárias. A Polícia Civil foi acionada e, após

investigação, conseguiu descobrir o local do cativeiro. As vítimas foram libertadas, mas, na ocasião, ninguém foi preso”, explicou a secretária.

Em 30 de novembro, uma mulher envolvida no crime foi identificada. Conforme as investigações, ela lavava dinheiro para a quadrilha por meio da lotérica em que trabalhava.

Modelo internacional com campanhas para marcas como Revlon e L’Oreal, e desfiles para Victoria’s Secret, Luciana estava com o marido, o fotógrafo Henrique Gendre, e uma das filhas. O trio jantou em um restaurante de comida japonesa, na Avenida Pio XI, na Lapa. Ao saírem, foram abordados por um grupo de sequestradores — não foi divulgado quantos eram naquele momento.

Os criminosos renderam o casal e a filha, que foram obrigados a entrar no veículo da própria família, e levados até uma favela em Parada de Taipas. Mantidos sob armas dentro de um casebre, foram obrigados a fazer transferências bancárias.

Na manhã seguinte, outra filha do casal, que não havia acompanhado pais e irmã, e estava em casa, estranhou a ausência dos três e avisou um tio. A família, então, acionou a Polícia Civil, que iniciou a investigação.

Por meio do georreferenciamento do telefone celular de uma das vítimas, os agentes descobriram o local aproximado onde estavam. Porém, antes que os policiais achessem o cativeiro, os sequestradores libertaram os três e fugiram.

Instagram pessoal



Luciana, Henrique e uma das filhas do casal foram levados em novembro